



Proposta inferior à inflação será rejeitada na Câmara

SANDRO THADEU

DA REDAÇÃO

Dois terços dos vereadores santistas (14 dos 21) assumiram publicamente, diante dos servidores municipais grevistas, que rejeitarão qualquer proposta do Executivo relacionada ao reajuste salarial da categoria que tenha um índice inferior à inflação acumulada nos últimos 12 meses (5,35%).

Os parlamentares assumiram o compromisso ontem à tarde, após mobilização da categoria de duas horas e meia em frente à Câmara. Esse foi mais um ato do funcionalismo, que chega hoje ao nono dia de greve devido ao impasse nas negociações com a Prefeitura. A paralisação continuará por tempo indeterminado.

O grupo fez uma passeata da Praça Mauá, no Centro, rumo à sede do Legislativo, na Praça Tenente Mauro Batista de Miranda, 1, na Vila Nova, para cobrar uma posição dos integrantes da Casa.

Segundo o presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais (Sindserv), Flávio Saraiva, essa medida foi tomada em razão de informações de que o prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) iria enviar um projeto de lei complementar estabelecendo apenas uma correção de 5,35% na cesta básica e auxílio-alimentação e 0% de reajuste salarial, o que não ocorreu ontem.

“Não estamos lutando aqui por migalhas ou esmolas. Não vamos admitir esse tipo de golpe. Estamos cobrando uma postura dos vereadores e vamos medir qual é o apreço deles em relação a nós”, destacou.

Fonte: Jornal A Tribuna
17/03/2017

Após longa queda, País criou 35 mil vagas de trabalho

O País voltou a gerar empregos em fevereiro, depois de 22 meses de fechamento de postos de trabalho com carteira assinada. O saldo líquido ficou positivo em 35.612 vagas, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho. Pela primeira vez na história, o anúncio foi feito pelo presidente da República, em cerimônia no Palácio do Planalto. Foi mais um esforço do governo de Michel Temer para emplacar notícias positivas, em meio à expectativa de abertura de investigações sobre políticos citados na Lava Jato, entre eles seis ministros. “Venho dar aqui, penso eu, boas novas. Vocês sabem que a economia volta a crescer, e os sinais desse fato são cada dia mais claros”, afirmou Temer. “É importante dar essa notícia, porque penso que 35 mil brasileiros têm no emprego uma possibilidade de vida digna.” A última vez em que houve saldo líquido de geração de empregos foi em março de 2015, quando 9.179 vagas foram abertas. Para meses de fevereiro, esse é o primeiro resultado positivo desde 2014. Para o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, isso representa a reversão de uma tendência negativa. A expectativa do governo, disse, é que a geração de postos de trabalho ocorra também em março e abril.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 17/03/2017

Governo quer usar notícias positivas da economia para blindar crise política

O governo quer aproveitar o pacote de notícias positivas para tentar convencer o mercado de que a economia brasileira está “blindada” das dificuldades políticas, apesar dos efeitos das investigações da Lava Jato que atingem os núcleos do Planalto e do Congresso. O ministro Henrique Meirelles (Fazenda) dirá no encontro ministerial do G20, no fim de semana, na Alemanha, que o Brasil mostrou que tem condições de recuperar o crescimento econômico e de fazer reformas estruturais, e que não foi contaminado pelas revelações da Lava Jato. A equipe econômica e o Planalto acreditam que os dados do emprego e o sucesso do pacote de concessões comprovam as previsões de que o PIB deve chegar ao fim do ano rodando com expansão de 2,5% a 3%. As melhoras da perspectiva dos ratings dos títulos da dívida brasileira pela Moody’s impulsionaram na cúpula do governo a expectativa de que Temer possa encerrar seu governo, em 2018, com a recuperação do grau de investimento das agências de risco. Temer pediu que seus auxiliares aproveitem o momento para turbinar a agenda econômica e pegar carona no momento que consideram positivo, enquanto novas revelações da Lava Jato não deteriorarem o ambiente político.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 17/03/2017

Presidente do Senado diz que reforma da Previdência fará o Brasil crescer

O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse nesta quinta-feira (16) que o papel do Congresso Nacional é aprovar as reformas da Previdência e trabalhista propostas pelo governo para ajudar o Brasil a crescer. A declaração foi dada depois da primeira reunião da bancada do PMDB no Senado com o presidente Michel Temer, realizada ontem à noite, em Brasília. Eunício informou que Temer conversou sobre as reformas com os parlamentares, chamando a atenção para a necessidade de manter a reação da economia e retomar a geração de empregos. "Foi neste sentido que conversamos um pouco sobre as reformas, sobre o papel que temos no Congresso Nacional de ajudar o Brasil a incluir esses 13 milhões de brasileiros que estão fora do mercado de trabalho. "

Eunício relatou que a conversa ocorreu em um jantar de confraternização em que Temer expressou seu desejo de se aproximar da bancada e do Parlamento. O líder do partido no Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que tem se manifestado de forma contrária ao encaminhamento dado pelo governo à tramitação das reformas da Previdência e trabalhista, também participou da reunião. Seguindo o mesmo tom da presidência da Câmara, Eunício defendeu as reformas e reforçou seu compromisso no esforço de aprovação das propostas no Senado. Ele disse que interessa a Temer que a reforma da Previdência tramite com velocidade ao chegar ao Senado. "E nós, aqui no Senado, temos um compromisso de fazer as reformas de que o Brasil precisa. Não será uma reforma para tirar direitos de trabalhadores", afirmou.

Fonte: Agência Brasil – via <http://www.cnti.org.br/noticias.htm>

Paulo Paim pede que Temer retire proposta de Reforma da Previdência

Em pronunciamento nesta quinta-feira (16), o senador Paulo Paim (PT-RS) alertou que a reforma da Previdência é "cruel" e "inviável", avaliando que o texto não tem chance de ser aprovado. Segundo o senador, a reforma trará prejuízo a todos, inclusive para a Previdência Social, pois reduzirá o estímulo ao recolhimento de contribuições. Ele considera indispensável uma CPI capaz de revelar a sonegação no sistema e mostrar quem são os grandes devedores da seguridade social. Paim chamou atenção para as manifestações contra as mudanças na Previdência, argumentando que o povo enxerga a "realidade nua e crua". Ele apelou ao presidente Michel Temer para que admita seu erro e retire a atual proposta de reforma. — Retire essa proposta. Retire e chame para uma grande conciliação. Vamos sentar, vamos discutir o que é possível ajustar ou não, mas com essa reforma não dá. Lhe venderam um peixe podre — frisou.

Fonte: Agência Senado – via <http://www.cnti.org.br/noticias.htm>

STF reafirma prazo de 5 anos para empregado cobrar parcelas do FGTS não pagas

O Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou nesta quinta-feira (16) que o trabalhador tem cinco anos para cobrar na Justiça os valores não depositados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Antes da decisão, o prazo para entrar com ação era 30 anos. A Corte reiterou entendimento firmado em 2014 durante o julgamento de um caso semelhante. Os ministros entenderam que o prazo para o trabalhador reclamar as parcelas não recebidas deve ser igual ao dos demais direitos trabalhistas, que é cinco anos. No entanto, a decisão só poderá ser aplicada em novos casos sobre o assunto.

O plenário acompanhou voto do relator, ministro Gilmar Mendes, proferido em 2014. Segundo o ministro, a Lei 8.036/1990, que regulamentou o FGTS e garantiu o prazo prescricional de 30 anos é inconstitucional por violar o Artigo 7º da Constituição Federal. De acordo com o texto, os créditos resultantes das relações de trabalho têm prazo prescricional de cinco anos.

Fonte: Agência Brasil – via <http://www.cnti.org.br/noticias.htm>